



Integrantes das Forças Armadas, que loteiam o governo federal, ganham ainda mais evidência neste pleito e, para tentar reeleger Bolsonaro, até fazem coro às teorias conspiratórias disseminadas pelo presidente

Militares na linha de frente

» LUANA PATRIOLINO

EVARISTO SA



O vice Hamilton Mourão não concorrerá à reeleição, mas a chapa do presidente terá outro militar como candidato ao posto, Braga Netto

O presidente Jair Bolsonaro (PL) nunca escondeu o alinhamento ideológico com as Forças Armadas. Desde a época em que era deputado, o chefe do Executivo afirmava ter como objetivo priorizar as pautas militares. Ao concorrer pela primeira vez ao Planalto, escolheu o general Hamilton Mourão (Republicanos) como vice. Agora, na disputa pela reeleição, terá outro general da reserva como postulante a vice, Walter Braga Netto, ex-ministro da Defesa e da Casa Civil.

Num eventual segundo mandato de Bolsonaro, a tendência é de que os militares continuem em posições-chaves no governo. Além de escolher novamente um militar como vice, o presidente tem confiado à classe missões importantes para tentar garantir a continuidade da gestão.

O Poder Executivo passou a ter mais militares ocupando cargos na administração pública federal com o início do mandato de Bolsonaro. Um relatório do Tribunal de Contas da União (TCU), do ano passado, mostrou que no governo federal mais que dobrou a presença de militares em cargos até então ocupados por civis.

De acordo com o TCU, no último ano da gestão do então presidente Michel Temer, 2.765 militares ocupavam funções no Executivo federal. Em 2019, no primeiro ano do governo Bolsonaro, o número estava em 3,5 mil. Já o levantamento mais recente da Corte de contas, relativo a 2020 e divulgado em 2021, mostrou a presença de 6.175 integrantes das Forças Armadas na administração pública.

O fenômeno já havia sido criticado pelo ministro Luís Roberto Barroso, do Supremo Tribunal Federal (STF). O magistrado citou a "militarização" do governo federal.

O cientista político André César, da Hold Assessoria

Legislativa, destacou o alinhamento político-ideológico do presidente com os militares, baseado, principalmente, nas pautas conservadoras, além da própria formação militar do chefe do Executivo. "Captaram setores das Forças Armadas que tendem a apoiar uma agenda conservadora, como ele (Bolsonaro) apresenta", afirmou.

Para o especialista, o presidente continuará alinhado com a classe. "Setores da sociedade compram esse discurso de que os militares têm a melhor agenda para o país. E ele consegue vender isso. Quando coloca Mourão e, quatro anos depois, Braga Netto como vice, é porque deu certo,

e dobrou a aposta. Na minha avaliação, entre os dois, Braga Netto é muito mais radical do que o atual", observou.

Negativo

Marcelo Pimentel — oficial do Exército na reserva e mestre em ciências militares pela Escola de Comando e Estado-Maior do Exército — ressaltou que o protagonismo dos militares no governo federal é negativo e vem refletindo nas pesquisas de intenção de voto para as eleições de outubro.

"É péssimo sob qualquer ótica que se possa observar. Isso não é o meu achar. Basta ver

o protagonismo muito claro no governo pela quantidade de militares, pela projeção política. A aprovação do governo é baixíssima", frisou. "Considerando, também, comparar os demais presidentes que concorreram a mandatos, em nenhum caso o presidente em exercício tinha uma posição desvantajosa em relação ao desafiantes", acrescentou, numa referência ao fato de o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) aparecer na liderança das pesquisas, com Bolsonaro em segundo lugar.

O cientista político Leandro Gabiati apontou o histórico de interferência dos militares em temas da administração pública.

"As Forças Armadas têm autonomia e opinam, dão palpite e se manifestam em assuntos que deveriam estar limitados à sociedade civil", disse. "É uma particularidade da nossa democracia. A gente teve o regime militar, que se estabeleceu por 29 anos e que ainda administrou o próprio regime democrático. Essa é uma característica do nosso regime político."

Eleições

Bolsonaro também tem usado as Forças Armadas para encarnar suas teorias conspiratórias sobre o processo eleitoral. Ele chegou a sugerir que os militares

fizessem uma apuração paralela dos votos, e causou mais tensão entre os Poderes.

O ministro da Defesa, Paulo Sérgio Nogueira, tem sido um agente importante nessas ações. Apesar de afirmar que os militares não querem ser protagonistas, mas que participam do tema porque foram convidados pela Justiça Eleitoral, ele endossa os pedidos de Bolsonaro para que as Forças Armadas façam apurações paralelas e auditorias das urnas eletrônicas.

O PowerPoint apresentado por Bolsonaro na reunião com embaixadores estrangeiros, na semana passada, no Palácio da Alvorada, foi elaborado com o auxílio do tenente-coronel Mauro Cid, chefe da Ajudância de Ordens da Presidência. O militar é alvo de uma investigação que tramita no STF por vazamento de dados sigilosos de um inquérito sobre ameaças às urnas eletrônicas.

Para Marcelo Pimentel, o excesso de interferência dos militares no governo tornou o país instável. "O Brasil, que deveria ser o motivo de estabilidade regional, passa a ser visto como um possível foco de instabilidade. Basta ver o evento com os embaixadores, com os representantes dos chefes de Estado. O vexame internacional protagonizado por um capitão do Exército, numa apresentação em PowerPoint feita pelo seu ajudante de ordem", criticou.

A análise do advogado constitucionalista Guilherme Amorim Campos da Silva é de que os militares estão agindo fora dos limites constitucionais. "Os anteriores convites para seus representantes apresentarem sugestões não os legitimam, em hipótese nenhuma, a questionarem abertamente a confiabilidade do processo eleitoral e o sistema das urnas eletrônicas", ressaltou. "As Forças Armadas constituem uma instituição de Estado, e não de governo, que estão a serviço do presidente da República para politizar o debate."

» Entrevista | FELIPE BORBA | COORDENADOR DO GRUPO DE INVESTIGAÇÃO ELEITORAL DA UNIRIO

"Casos de violência devem aumentar"

» HENRIQUE LESSA

Estudo realizado pelo Grupo de Investigação Eleitoral (Giel), da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (Unirio), aponta um crescimento de 22% nos registros de violência política no país no primeiro semestre deste ano, em comparação com o ano eleitoral anterior, 2020.

Nesse primeiro semestre, o Giel já contabilizou 214 ocorrências de crime político. No mesmo período de 2020, foram apurados 174 crimes do gênero, e em 2020, ano sem eleições, houve 169. A projeção esperada é de que os números cresçam consideravelmente no segundo semestre.

Para entender como o Giel realizou essa pesquisa e o que esperar para o período eleitoral, o Correio conversou com o coordenador do Giel, o cientista político e professor da Unirio, Felipe Borba. Veja os principais trechos da entrevista:

Como é realizado esse estudo?

Coletamos esses dados de violência desde o início de 2019. Monitoramos a imprensa de todo o país com mais de 50 palavras-chave, buscamos nas matérias e vamos completando com outras informações das vítimas, como idade, trajetória na política, filiação partidária e cargo que ocupa. Apuramos cinco tipos de violências: agressões, ameaças, atentados, homicídios e sequestros, contra a própria liderança política ou seus familiares. Sejam esses políticos em exercício de mandato; sejam em cargos

políticos como ministros ou secretários; sejam ex-políticos, ex-candidatos ou candidatos.

Como surgiu a ideia de monitorar esses dados?

O insight de fazer a coleta veio da morte da vereadora Marielle (Franco) e, naquele mesmo ano, o ex-presidente Lula, que ainda não havia sido preso, na caravana pelo país sofreu um atentado à sua comitiva. Foram esses dois casos que nos chamaram a atenção. Aí, fomos vendo como era a metodologia em outros países que monitoravam esses dados.

No clima político atual, com discursos enfáticos, em especial da extrema-direita, não era de se esperar que o maior número de vítimas fosse de apoiadores do PT, apesar de o estudo não mostrar isso?

Existem duas categorias de motivação dessa violência: uma de natureza ideológica, como esse caso do senhor Marcelo Arruda (tesoureiro do PT assassinado em Foz do Iguaçu por um bolsonarista); e outra de natureza econômica, que é preponderante. Ela acontece muito no pequeno município que tem até 50 mil habitantes, onde o controle político da máquina pública é praticamente o controle absoluto, onde, muitas vezes, a prefeitura é o principal agente econômico do local. Nesses pequenos municípios, os partidos de centro-direita e de

Divulgação



Hoje, temos um presidente que incita a violência contra adversários de forma aberta, o que não reconheço em nenhum momento no passado"

direita são os de grande maioria, os partidos de esquerda têm muito pouca penetração nesses locais, o que faz com que a maioria das vítimas do nosso estudo seja desses partidos. Este ano, com a eleição nacional, sem as disputas locais, a tendência é o crescimento dos crimes políticos por motivação ideológica.

Na sua opinião, o caso de Marielle Franco foi ideológico?

Pelas informações que temos, a motivação do crime deve ter sido de natureza política econômica, não foi ideológico, não era por ela ser do PSol. Entendo que foi pela atuação dela, independentemente do partido de que ela participasse, em especial de enfrentamento às milícias.

Os números devem crescer? Por quê?

Os números da violência política devem caminhar junto com o ciclo eleitoral. Conforme a campanha vai avançando para o dia da eleição, a violência tende a aumentar. A gente ainda está em um momento de pré-campanha, então, a tensão deve aumentar, e com o aumento da tensão, devem aumentar os casos de violência política.

A violência política de motivação ideológica é algo novo no Brasil?

Não é novo, mas deve se acirrar este ano. As eleições brasileiras sempre foram polarizadas, seja entre Lula e (Fernando) Collor; PT e PSDB; PT e bolsonarismo. O que esta eleição traz de novo é um discurso de ódio, de intolerância política, intolerância com quem pensa diferente. Assim, a ideologia ganha um componente novo. Uma intolerância a quem sustenta essa ideologia. Isso é algo que existe de 2018 para cá, é recente.

O discurso de ódio é o que provoca essa violência política-ideológica?

Recentemente, eu diria que sim. Hoje em dia, o que está por trás dessa violência ideológica é o crime de ódio, que vem sendo disseminado na sociedade brasileira e vem contaminando o humor das pessoas.

Antes de 2018, o que provocava esses crimes políticos por motivação ideológica?

Eles eram circunstanciais. As eleições presidenciais da época de PT e PSDB eram tensas, não tem como negar, mas era uma tensão controlada. Usando

a frase do nosso presidente (Bolsonaro), controlada dentro das quatro linhas da Constituição. Nenhum candidato à Presidência pregava o extermínio do adversário, ninguém dizia que tinha de metralhar petista ou que tinha de metralhar tucano. Não havia um discurso tão aberto de violência. Hoje, temos um presidente que incita a violência contra adversários de forma aberta, o que não reconheço em nenhum momento no passado.

Nas eleições de 2020 esse discurso já estava comum...

Mas em menor escala. Foi menos contaminada por essa ideologia. O próprio Bolsonaro participou pouco das eleições. Os critérios de votos são um pouco diferentes das eleições municipais.

Qual é a perspectiva de crescimento dessa violência?

A curva de crescimento é agora, e eu acredito que, mantendo-se a tendência de vitória do ex-presidente Lula, a projeção é que essa violência aumente.

O senhor vê alguma solução para esse problema da elevação desse tipo de crime?

Entendo que são vários caminhos. A proposta do senador Humberto Costa (de tipificar o crime por motivação ideológica) pode ser um caminho, mas uma polícia mais ágil e, talvez, assim como existem delegacias especializadas em crimes contra a mulher, criar uma polícia especializada em crimes políticos, que consiga dar respostas mais rápidas aos casos. E não podemos deixar de dizer que é fundamental responsabilizar a nossa elite política para não estimular os discursos de ódio.